

**O DESCRITIVO EM DIFERENTES GÊNEROS TEXTUAIS:
PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DA LEITURA E DA ESCRITA**
**DESCRIPTION IN DIFFERENT TEXT GENRES: PERSPECTIVES
TO THE TEACHING OF READING AND WRITING**

*Sueli Cristina Marquesi**

*Vanda Maria da Silva Elias***

Resumo: *O artigo apresenta uma abordagem teórico-metodológica para o Descritivo com vistas ao ensino da leitura e da escrita. Tomando por base estudos desenvolvidos em dois momentos da Linguística Textual, o das Tipologias de Texto e o das Teorias do Texto, são discutidas a superestrutura do descritivo e o processo de referência para a análise do Descritivo. Como implicação para o ensino, o estudo corrobora a importância de se trabalhar em sala de aula a leitura e a escrita do Descritivo em gêneros textuais diversos e não apenas como Descrição, de modo a destacar a caracterização do Descritivo, no interior de diferentes gêneros, quanto ao modo de constituição e funcionalidade.*

Palavras chave: *descritivo/seqüências descritivas; leitura; escrita; ensino.*

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade Cruzeiro do Sul. E-mail: sueli.marquesi@cruzeirosul.edu.br.

** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: vanda.elias@gmail.com.

Introdução

Neste trabalho, temos por objetivo propor uma reflexão teórico-metodológica sobre o tipo descritivo, concebido como sequências textuais presentes em gêneros textuais, e destacar sua importância para o ensino da leitura e da escrita.

Justificamos esta proposta, de um lado, pelo fato de o Descritivo ter uma organização que lhe é própria e por sua onipresença em nosso dia-a-dia para atender a propósitos comunicativos diversos; de outro lado, pela abordagem minimalista dada ao Descritivo no ensino de Língua Portuguesa, uma vez que essa sequência é ainda tratada, pela escola, como Descrição, ao lado da Narração e da Dissertação.

Adotando o conceito de que os gêneros textuais devem ser contemplados em seus usos e condicionamentos sociopragmáticos, e, portanto, como práticas sócio-discursivas, caracterizando-se, assim, muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais (cf. MARCUSCHI, 2002), analisaremos o Descritivo no interior de um gênero específico – uma crônica jornalística –, buscando estabelecer procedimentos de análise que se revertam para o ensino da leitura e da escrita.

Para desenvolver este estudo, inicialmente, trataremos do Descritivo em dois momentos da Linguística Textual – aquele que trata do texto do ponto de vista de sua organização tipológica e aquele que o trata do ponto de vista sociocognitivo-interacional (cf. MARQUESI, 2004; MARQUESI & ELIAS, 2006; MARQUESI 2007a; 2007b); em seguida, procederemos à análise do texto selecionado e, a partir dela, apresentaremos algumas perspectivas para o ensino da leitura e da escrita.

1 Bases teóricas: o Descritivo em dois momentos da linguística textual

Por que relacionar dois momentos de estudos do Descritivo? De um modo mais geral, por considerar, conforme Van Dijk que:

O enfoque do discurso como ação na sociedade não significa que já não estejamos interessados na estrutura. Pelo contrário, a análise do discurso como ação social permanente também se concentra na ordem e na organização. A utilização discursiva da linguagem não consiste somente em uma série ordenada de palavras, cláusulas, orações e proposições, senão também em sequências de atos mutuamente relacionados (VAN DIJK, 2000, p. 21).

E, de um modo mais específico, por considerar, conforme Adam (1991), que a tipologia de sequências está situada em um conjunto mais amplo e complexo dos

planos de organização da textualidade, em que se concebe o texto como uma estrutura sequencial heterogênea, sendo possível observar a diversidade e a heterogeneidade do texto, bem como definir linguisticamente alguns aspectos dessa complexidade.

A hipótese de Adam é, pois, a de que “os tipos relativamente estáveis” de enunciados e as regularidades composicionais de que nos fala Bakhtin (1992, p. 279) estão na base das regularidades sequenciais constitutivas do texto. Nesse sentido, o texto é uma estrutura hierárquica complexa que compreende n seqüências – elípticas ou completas – do mesmo tipo ou de tipos diferentes.

1.1 Estudos sobre o Descritivo no primeiro momento: categorias, regras e superestrutura

A superestrutura do Descritivo, sob o enfoque da tipologia de textos, foi definida por Marquesi, em 1990, a partir de estudos desenvolvidos anteriormente por Hamon, Adam, Adam & Petitjean, Genette e Ricardou (cf. MARQUESI, 2004), pelas categorias da *designação*, da *definição* e da *individuação*, estas últimas voltadas para o movimento de expansão do texto e a primeira para o movimento de condensação, em um espectro segundo o qual o Descritivo é um enunciado de ser que expande uma designação cuja estruturação é caracterizada pela fórmula x é y , em que x está para a designação e y para a expansão.

As referidas categorias foram ordenadas, no estudo desenvolvido pela autora, por duas regras: a *regra da equivalência*, responsável pela organização das relações categoriais e predicativas nos diferentes níveis a partir de uma linha horizontal; e a *regra da hierarquização*, responsável pela organização das relações a partir de uma linha vertical.

Sobre as categorias do Descritivo, Marquesi, com base em Van Dijk (1980), as considerou como funções textuais esquemáticas que possibilitam ao homem organizar e classificar as diferentes frases enunciadas num texto, como retomamos a seguir.

1.2 Categoria da designação

A categoria da designação compreende *nomear*, *indicar*, ou seja, *dar a conhecer*, para se determinar e qualificar certas marcas (FERREIRA, 1986, p. 565).

Assim, *designar* implica *dar nome a, nomear*, portanto, *condensar*, em um recorte lexical, um conjunto sêmico.

O léxico que se presta, entretanto, para falar de conhecimentos do mundo e das palavras que nos permitem designar e reconhecer objetos é uma questão complexa. Nosso vocabulário depende de nossa confrontação com o real e das interações verbais com o outro. No entanto, a experiência do mundo não é universal; ela varia em função do contexto sociocultural e geográfico dos sujeitos.

Nomear é reconhecer objetos do mundo de que se tem conhecimento, e esses objetos mantêm entre si certas relações. Então, é necessário verificar as relações entre o léxico e o mundo, pois a palavra é uma representação do referente.

Segundo Sprenger-Charolles (1984), o desenvolvimento do léxico não é simplesmente um problema de ordem quantitativa e depende da evolução dos conhecimentos do mundo, ou, mais precisamente, de suas representações. O elemento central desse desenvolvimento é a passagem do estado das operações concretas para as operações conhecidas como lógicas.

Durante as operações concretas, não há a concepção das classes de objetos; não se tem a possibilidade de elaborar conceitos, ou representações abstratas. Por outro lado, no estado das operações lógicas, as representações são globais e mais conceituais. Nesse estado, as representações tornam-se mais diversificadas, podendo o indivíduo encontrar, nas mais diferentes situações, uma mesma classe de objetos. Assim, as definições que os sujeitos podem produzir e que estão contidas por condensação, na designação, são mais analíticas e mais ricas; para cada designação pressupõe-se um conteúdo que se predica para ela.

Como recortes lexicais vistos como lexias em estado de dicionário (vocábulos), poderíamos dizer que a categoria da designação só compreenderia recortes dados no eixo sintagmático do contínuo sêmico, que é tido como referência do texto. No entanto, ao se investir lexicalmente num texto descritivo, sendo ele lugar de subjetividade, isto é, da visão de mundo particular do descritor, relacionada às suas intenções no ato discursivo, faz-se necessária a reconstrução da referência do texto.

1.3 Categoria da definição

A categoria da definição compreende *determinar a extensão ou os limites de*, bem como *enunciar os atributos essenciais e específicos (de uma coisa), de modo que a torne inconfundível com outra* (FERREIRA, 1986, p. 528).

A definição é, pois, entendida como um conjunto de predicções sequenciadas a uma designação, e o que possibilita sequenciar essas predicções é um saber partilhado. É nesse sentido que Martin (1983), examinando a relação *x* é *y* como estruturação da definição, a diferencia de outros enunciados de ser que são estruturados da mesma forma. Segundo ele, a estrutura da definição é reconhecida e aceita pelos membros da comunidade linguística como *a verdade por definição*, já que não se questiona o valor de verdade da predicção contida em *y* para a designação em *x*.

1.4 Categoria da individuação

A categoria da individuação compreende *especificar, distinguir*, ou seja, *especializar, particularizar, tornar individual* (FERREIRA, 1986, p. 938).

Esta categoria revela o que faz com que um ser possua não apenas um tipo específico, mas uma existência singular, determinada no tempo e no espaço. Nesse sentido, a categoria da individuação pode referir-se a um conjunto de predicções *permanentes* e/ou *transitórias* do ser descrito.

No que se refere às predicções permanentes, podemos associá-las a um princípio de *identidade* do ser descrito, isto é, a um princípio de permanência que permite a um ser continuar o mesmo, mas diferenciado da classe à qual pertence, particularizado como indivíduo, identificado por características próprias.

Quanto às predicções transitórias, podemos associá-las a um princípio de *discriminação* do ser descrito, marcado pelo aspecto transitório, que serve como mudança da identificação em uma taxonomia específica, ou seja, a sequência de palavras e frases não predica *o que é* o ser descrito, mas *como ele está* no tempo e no espaço em que é descrito.

Em outras palavras, pela categoria da individuação, temos a conjunção entre *o que é o ser individualizado* e *como ele está individualizado* no recorte descritivo.

As três categorias do Descritivo – *designação, definição e individuação* –, aqui retomadas, evidenciam o processo de hierarquização existente no Descritivo, tratados por Marquesi (2004) como condensação ou expansão e, no topo da estrutura hierárquica, explicitam a tematização do ser descrito, isto é, o recorte subjetivo que o descritor imprime na referência, selecionando dela apenas algumas unidades sêmicas que possam representar sua visão de mundo particular.

O estudo desenvolvido no primeiro momento, em que foram definidas as categorias do Descritivo, assim como sua superestrutura, avançou, no que chamamos de segundo momento, sob o enfoque de uma abordagem sociocognitivo-interacional, nos trabalhos desenvolvidos mais recentemente por Marquesi & Elias (2006) e por Marquesi (2007a; 2007b), em que o Descritivo foi tratado dentro de gêneros textuais e em aspectos relacionados à tematização do ser descrito, isto é, ao recorte subjetivo estabelecido pelo descritor na referência.

Esses estudos recentes nos levaram a considerar, no campo do Descritivo, a importância de um dos principais temas da agenda da Linguística Textual contemporânea – a referência – e, por extensão, a categorização, tomando por base estudos teóricos desenvolvidos por Mondada & Dubois (2003), Koch (2004, 2005), Marcuschi (2003, 2005) e Cavalcante (no prelo).

Remetendo-nos, inicialmente, a Mondada & Dubois (2003), destacamos que as autoras situam duas linhas argumentativas para o tratamento da referência. A primeira trata da categorização, por meio da qual os sistemas cognitivos dão uma estabilidade ao mundo; e a segunda trata de uma perspectiva linguística interacionista e discursiva, por meio da qual os processos de referência são analisados em termos de construção de objetos de discurso e de negociação de modelos públicos do mundo.

Neste sentido, tratar da referência, para o ensino de leitura e de escrita do Descritivo no interior de gêneros específicos, exige que pensemos não apenas na abordagem linguística, mas também na cognitiva, estando ambas estreitamente imbricadas, já que são concernentes às práticas e aos discursos. A referência, assim como a categorização, assume, pois, um caráter de prática simbólica, necessariamente passando pela leitura de mundo do autor.

Desta forma, o elemento contextual assume igual importância para o tratamento da questão, uma vez que este tem relação direta com as escolhas lexicais e com a organização estrutural das categorias cognitivas.

Assim, na escrita de um texto, há um processo de ajustamento das palavras que não se faz diretamente em relação ao referente dentro do mundo, mas no quadro contextual, a fim de construir o objeto de discurso pelo curso do próprio processo de referência (MONDADA, 1994).

Koch (2004), ao estudar a referência, explicita sua concordância com Mondada & Dubois, dando destaque ao fato de que a categorização deve ser vista como um problema de decisão que se coloca aos atores sociais, no sentido de que

a questão não é avaliar a adequação de um rótulo correto, mas descrever os procedimentos linguísticos e cognitivos por meio dos quais os atores sociais constroem os referentes. Neste sentido, tanto Koch quanto Mondada & Dubois apontam-nos que as variações no discurso dependem muito mais da pragmática da enunciação do que da semântica dos objetos.

Concordando com Koch (2004), em relação à escrita de um texto, pode-se dar destaque a duas considerações muito importantes: os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer; os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constroem-na no próprio processo de interação, ou seja, a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como sociocognitivamente se interage com ele: interpretam-se e constroem-se mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural.

Para Marcuschi (2003), a referenciação, assim como a inferenciação e a categorização, é um processo básico, construído em atividades discursivas, que permitem toda a reflexão humana e a análise do próprio pensamento no âmago da linguagem.

O autor também defende a tese de que não existem categorias naturais, uma vez que não existe um mundo naturalmente categorizado. A realidade, segundo o estudioso, não está segmentada da forma como é concebida, e as coisas não estão no mundo da maneira como são ditas, mas as coisas ditas são coisas discursivamente construídas, e a maioria dos referentes são objetos de discurso.

Se a referenciação é uma atividade que consiste na (re)construção de objetos de discurso, pode-se estabelecer uma confluência entre o pensamento de Marcuschi (2003) e o de Mondada (1994), uma vez que, também para a autora, a maneira como se dizem aos outros as coisas é decorrência da atuação linguística *sobre* o mundo, já que as atividades de categorização têm uma dimensão discursiva.

Considerando, ainda, com o autor, que a língua não pré-existe, pois ela se dá nas situações concretas de uso, acreditamos que, no processo de referenciação, os aspectos linguísticos constituem-se em fontes para as interações, em função das intenções pretendidas com cada texto produzido.

Guiado pela premissa de que as referências textuais são construídas no processo discursivo e de que muitos referentes são objetos de discurso construídos no modelo textual, Marcuschi (2005) apresenta o processo de referenciação implícita, viabilizada por uma estratégia endofórica de ativação de referentes novos e

não de uma reativação de referentes já conhecidos, o que ocorre por meio da anáfora indireta, que pode ser constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente ou subsequente explícito no texto.

A anáfora indireta, segundo o autor, é um caso de referência textual, isto é, de construção, de indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo, que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores e processamento local e, neste sentido, as anáforas indiretas não estão, como sempre estiveram, restritas ao campo dos pronomes e da referência em sentido restrito, deixando, pois, de ser apenas repetição de uma expressão ou sintagma, para constituir-se, no texto, em expressões que se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica referencial.

Em estudo mais recente, Cavalcante aborda a referenciação como um processo dinâmico, afirmando que:

É na interação, mediada pelo outro, e na integração de nossas práticas de linguagem com nossas vivências socioculturais que construímos uma representação – sempre instável – dessas entidades a que se denominam *referentes*. (...) Participar dessa dinamicidade de contínua remodulação de referentes é pôr a referência em ação, é tecer a *referenciação* – condição fundamental para que, nas práticas comunicativas, os participantes (re)construam a coerência do texto (CAVALCANTE, no prelo).

Refletindo sobre essas questões teóricas relativas à referenciação, em complementação àquelas relativas à superestrutura do Descritivo, podemos considerar que o quadro teórico aqui estabelecido pode orientar uma análise do Descritivo com vistas a procedimentos metodológicos para o ensino da leitura e da escrita.

Na seção seguinte, analisamos o texto selecionado – uma crônica jornalística de Carlos Heitor Cony, publicada no Jornal Folha de São Paulo –, orientando-nos pelos referidos procedimentos.

2 Análise do Descritivo em um gênero específico: perspectivas para o ensino da leitura e da escrita

Texto selecionado:

Fernando Sabino

Sempre que lhe perguntavam o que queria ser quando crescesse, Fernando Sabino respondia: “Quero ser criança”. Uma boa resposta, que ele não conseguiu realizar ao longo da vida. Pois nunca deixou de ser um rapaz, um bom rapaz. E, como bom rapaz, foi campeão de natação no Minas Atlético Clube, casou, teve filhos, escreveu livros, tocou bateria, viajou muito, estava sempre pronto para um papo inteligente e divertido.

Aos 32 anos, escreveu um romance que foi o livro de uma geração. Um livro até certo ponto autobiográfico, mas todos se reconheceram naquele Eduardo Marciano de *O encontro marcado*, publicado em 1956, mas lido e relido até hoje.

E o rapaz não parou no sucesso. Escreveu crônicas que também marcaram um tempo – o dele o nosso. Curiosa virada de Sabino. No romance, pintou uma panorâmica de sua geração, um painel das angústias e esperanças de todos os rapazes dos anos 50, a que não faltava uma carga de humor que seria a marca de toda a sua obra.

Ao adotar a crônica, na qual logo se tornaria um mestre, ele trocou a panorâmica pelo close, o painel pelo pontual, e não foi à toa que deu à página que escrevia em *Manchete* o título permanente de “A aventura do cotidiano”.

Sua dignidade pessoal e profissional isolou-o numa relativa reclusão, evitando o badalo inconsequente, o deslumbramento pela exposição iluminada da mídia.

Com a sua morte, perdemos um ser humano adorável, alegre, gozador, sério, solidário. Um escritor que ficará para sempre entre os nossos maiores. E eu, de minha parte, perdi o amigo que me telefonava, falando num jato coisas bonitas e gostosas, que me alegravam e edificavam. Uma de minhas glórias foi no dia que passei pela alfândega e cismaram com minha mala. Um fiscal liberou-me pensando que eu fosse Fernando Sabino. E comentou para os colegas dele: “Ele é gente boa!”.

CONY, Carlos Heitor. *Folhas de São Paulo*, 13/10/2004.

Procedimentos de análise:

A partir da base teórica estudada e considerando nossos objetivos, estabelecemos quatro procedimentos de análise:

1. Levantamento de microestruturas das sequências descritivas: desmontagem do texto, por meio dos recortes de suas unidades textuais sequenciadas.
2. Criação de macroproposições: aplicação de regras de redução da informação semântica às microestruturas.
3. Definição da macroestrutura do texto: indicação do fio condutor do ser descrito por meio da relação entre as macroproposições.
4. Explicitação de elementos linguísticos de referenciação em cada uma das categorias do Descritivo: organização de um quadro para compreensão do Descritivo.

Análise do texto:

1. Levantamento de microestruturas das sequências descritivas: desmontagem do texto, por meio dos recortes de suas unidades textuais sequenciadas:
 - Fernando Sabino nunca deixou de ser um rapaz, um bom rapaz.
 - E, como bom rapaz, foi campeão de natação no Minas Atlético Clube, casou, teve filhos, escreveu livros, tocou bateria, viajou muito, estava sempre pronto para um papo inteligente e divertido.
 - Aos 32 anos, escreveu um romance que foi o livro de uma geração.
 - Escreveu crônicas que também marcaram um tempo.
 - No romance, pintou uma panorâmica de sua geração, um painel das angústias e esperanças de todos os rapazes dos anos 50, a que não faltava uma carga de humor que seria a marca de toda a sua obra.
 - Ao adotar a crônica, na qual logo se tornaria um mestre, ele trocou a panorâmica pelo close, o painel pelo pontual, e não foi à toa que deu à página que escrevia em *Manchete* o título permanente de “A aventura do cotidiano”.
 - Sua dignidade pessoal e profissional isolou-o numa relativa exclusão.
 - Com sua morte, perdemos um ser humano adorável, alegre, gozador, sério, solitário.
 - Um escritor que ficará para sempre entre os nossos maiores.

Enfocando o processo de referenciação no texto analisado, é possível identificar o ser descrito – Fernando Sabino, segundo a ótica do autor – Carlos Heitor Cony, um amigo de Sabino. Assim, todos os elementos linguísticos selecionados para referir-se a Fernando Sabino estão relacionados ao fio condutor do texto, que traduz o processo de categorização do autor Carlos Heitor Cony.

As expressões utilizadas funcionam, conforme assevera Koch (2004), como uma espinha dorsal do texto, que permite ao leitor construir, com base na maneira pela qual se encadeiam e remetem umas às outras, um roteiro que irá orientá-lo para determinados sentidos implicados no texto. No processo de referenciação realizado no texto, houve um processo de (re)construção do próprio real (escritor Fernando Sabino).

Há que se destacar que, a partir dos elementos descritivos, o referente Fernando Sabino é compreendido, pelo leitor, por meio de um conjunto de informações textualmente construídas, que o levam a operar com processos cognitivos e discursivos.

A análise realizada nos permite apontar algumas perspectivas para o ensino da leitura e da escrita, que podem ser assim sintetizadas:

- o Descritivo não pode ser tratado como simples Descrição, como ainda hoje a escola o vem tratando.
- o Descritivo no gênero analisado aponta questões que vão muito além de um estudo apenas do léxico, como acontece tradicionalmente no tratamento da Descrição.
- da leitura do Descritivo, segundo procedimentos estabelecidos, é possível pensar o planejamento da escrita do Descritivo.

Considerações finais

Os estudos recentemente realizados sobre o Descritivo vêm sendo alimentados na esteira das pesquisas sobre gêneros textuais e evidenciam a necessidade de se diferenciar *tipos* de *gêneros textuais* ainda que estes sejam constituídos por uma “heterogeneidade tipológica” (cf. MARCUSCHI, 2002, p. 27) e os tipos sejam constitutivos de gêneros textuais.

As questões discutidas permitem-nos ressaltar que, nos movimentos de leitura e de escrita, leitores e autores, diante do Descritivo, precisam considerar aspectos cognitivos, textuais e contextuais.

Essas considerações atestam a importância da Linguística Textual em seus dois momentos aqui tratados, para os estudos de leitura e escrita, uma vez que, de acordo com Koch, ela se constitui em:

Um domínio multi e interdisciplinar, em que se busca explicar como se dá a interação social através desse objeto multifacetado que é o texto – fruto de um processo extremamente complexo de produção de linguagem, que traz em seu bojo as marcas desse processo e, portanto, as pistas ou chaves para a decifração, no jogo de produção de sentidos (KOCH, 2004, p. 81).

Podemos concluir este artigo afirmando que, ao focar aspectos relacionados à referenciação e à tipologia textual no interior de gêneros textuais, é possível avançar na construção de sentidos, fazer dialogar teoria e prática para a leitura e escrita e abrir perspectivas para o ensino.

Deixamos, então, o desafio para novos estudos sobre o Descritivo destinado ao ensino de Língua Portuguesa, nos diferentes níveis de escolaridade e nas diferentes áreas do conhecimento.

Referências

- ADAM, J. M. Cadre théorique d'une typologie séquentielle. *Études de Linguistique Appliquée* – textes, discours types et genres, n. 83, 1991.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não-ditas*. (no prelo).
- FERREIRA, A. B. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

_____. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: FELTES, H. P. M. (org.). *Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (org.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-101.

MARQUESI, S. C. *A organização do texto descritivo em língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. Suassuna: um autor muito atento a seus leitores. In: MICHELETTI, G. (org.). *Discurso e memória em Ariano Suassuna*. São Paulo: Paulistana, 2007a, p. 13-30.

_____. Referenciação e intencionalidade: considerações sobre escrita e leitura. In: CARMELINO, A. C.; PERNAMBUCO, J.; FERREIRA, L. A. (org.). *Nos caminhos do texto: atos de leitura*. Franca, SP: UNIFRAN, 2007b, p. 215-233.

_____; ELIAS, V. M. S. O descritivo em destaque: bases para uma proposta teórico-metodológica. In: BASTOS, N. M. (org.). *Língua portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: Educ, 2006, p. 185-192.

MARTIN, R. *Pour une logique du sens*. Paris: Puf, 1983.

MONDADA, L. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets du discours*. Lausanne: Université de Lausanne, 1994.

_____; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULA e SILVA, A. (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

SPRENGER-CHAROLLES, L. Léxico, aprendizagem, conhecimentos do mundo. *Pratiques*, n.43, Metz, 1984.

VAN DIJK, T. A. Etudes du discours et enseignement. In: *Linguistique et enseignement des langues*. Coleção Linguistique et Semiologie. Lyon: Presses Universitaires, 1980.

_____. *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa, 2000.

Abstract: *This article presents a theoretical and methodological approach to Descriptiveness aiming at the teaching of reading and writing. Based on studies developed during two moments of Textual Linguistics, Text Typology and Text Theories, this study discusses the descriptive superstructure and the referential process for the analysis of Descriptiveness. Concerning teaching, this study corroborates the importance of working in the classroom the writing and reading of Descriptiveness in different genres, not only as Description, in order to emphasize the characterization of Descriptiveness concerning its constitution and functionalism.*

Keywords: *descriptiveness/descriptive sequences; reading, writing; teaching.*